

## 5

### Considerações Finais

O projeto Pólo Novo Rio está no contexto da revitalização urbana, como uma estratégia de inserção da cidade do Rio de Janeiro na economia global através das parcerias público-privada. Todos os esforços têm sido direcionados para dar sustentabilidade aos negócios dos micro e pequenos empresários e fortalecer as atividades empresariais, atraindo não só investimentos para o local, como recuperar o espaço que vem sofrendo um processo de degradação urbana

A proposta de revitalização do Centro do Rio segue, assim, uma perspectiva de afastar tudo aquilo que está fora do padrão de consumo do mercado, que tem sido recorrente nas grandes metrópoles. A população mais carente que não representa o perfil de consumidor dos micro e pequenos empresários não consegue se inserir na configuração globalizada das cidades, e por isso ficam a margem do processo de revitalização que pelo caráter contraditório não consegue atingir a todos.

Nesse sentido, é interessante enfatizar como é possível que os trabalhadores pobres da cidade possam usufruir com as praticas que sustentam a cidade em processo de revitalização. Ao optarem por uma cidade mais cuidada e sem violência os empresários, o poder público e o terceiro setor terão que atuar em ações concretas de construir uma proposta de desenvolvimento profissional para todos os cidadãos.

O empresariado não acredita na possibilidade de reverter a situação da pobreza na sociedade, por isso muitas vezes optam por contratar empresas de segurança para afastar e expulsar a população que é indesejável ao redor do seu estabelecimento. Afirmam que essa população é fruto de um problema estrutural e que o desenvolvimento para todos, não cabe ao comerciante, mas e sim ao Estado, ou ainda, se posicionam dizendo que o melhor é transferir solução dos problemas para as organizações não governamentais que estão presentes.

Podemos indagar que o objetivo das instituições não governamentais da localidade central do Rio de Janeiro é o desenvolvimento humano e a inclusão

social, como também, as questões sociais sobre os moradores de rua e os catadores de lixo que estão sendo encaminhadas. Porém, até que ponto essas instituições não governamentais estão envolvidos com o projeto de revitalização da cidade numa proposta de desenvolvimento local para todos.

A grande procura de mão de obra extremamente especializada no trabalho deve fazer emergir formas de empreendedorismo vinculadas à gestão da cidade, o melhor exemplo seria uma política que supra as necessidades das empresas e viabilize a geração de emprego e renda, assim como, no caso das cooperativas que trabalham com reciclagem de lixo, como uma forma de “frente urbana de trabalho”, que são comprometidas com aqueles que vivem nas ruas, os catadores de lixo receberiam todos os direitos e benefícios dos trabalhadores, garantidos por lei.

Nesse sentido, entendemos que a posição dos empresários frente aos moradores de rua e catadores de lixo necessariamente não precisa estar baseada somente no afastamento ou exclusão, e sim, pode ser baseada numa possível interação ou envolvimento para melhorar as condições de vida dessa população e que essa possa compreender o quanto pode ser importante usufruir, também, do desenvolvimento do local.

Seria uma ingenuidade pensar que os moradores de rua e os catadores de lixo entendessem a revitalização como uma forma de melhoria para a vida deles, ou que uma cidade pudesse ser aberta e pública a todos os moradores dela, que não houvesse hierarquia e que toda população estivessem voltada ao processo de inclusão social, sem disputa por espaços e interesses. Percebemos que as ruas representam a síntese das tensões e dos conflitos de interesses dos empresários e dos moradores de rua e catadores de lixo.

Carvalho e Ferreira (2007) advertem sobre a forma de como a mídia identifica socialmente a violência, pois a violência sempre associada a tudo aquilo que as instituições demonstram como fragilidades para o enfrentamento da exclusão. Ou seja, é necessário se atuar sobre as causas e não apenas sobre as manifestações que aparecem nas cidades.

O Estado frente ao neoliberalismo se reconfigura permitindo que o setor público diminua sua capacidade de formular e executar políticas. Sustenta a idéia da necessidade de gerar uma redefinição do papel do Estado e uma redistribuição do poder em favor dos setores mais poderosos da sociedade. Conforme assinala

Pablo Gentili(2002), as políticas sociais focalizadas promovidas pelo neoliberalismo constituem-se numa das dimensões que assume o processo privatizador no campo social.

A posição do Estado nesse contexto é fundamental, porém o que não pode acontecer é ele se posicionar de apenas um lado da história, ou seja, o lado da iniciativa privada, se colocando como grande aliado e realçando privilégios ao avesso a população carente.

O Estado deve estar voltado igualmente para toda a população e garantir imparcialidade das ações públicas, aliado as instituições sociais, iniciativa privada e as parcerias.

Os interesses privados no contexto da cidade se articulam para valorizar a cultura local, a preservação do patrimônio, a partir da perspectiva do mercado e isso é muito perigoso, já que as ações empreendidas tendem a serem aquelas que representam o capital e as forças do mercado, o Estado não se sente responsável e as instituições promovem medidas tímidas não engajadas no processo de revitalização.

Sabemos que a iniciativa de pessoas com “boa vontade”, filantropia e responsabilidade social das empresas, no âmbito da revitalização do Centro do Rio de Janeiro, são válidas para garantir amenização dos conflitos ou mesmo das desigualdades, mas sem o terceiro setor e o poder público presente nada se conseguirá de concreto, cada um tem sua importância e somente numa ação conjunta, na perspectiva de redes poderá favorecer as parcerias publico - privada.

É constatado o quanto é forte o interesse do capital no processo de revitalização e, certamente, o confronto entre os moradores de rua e os catadores de lixo com os empresários vai existir por muito tempo, e as soluções proposta só serão viáveis em longo prazo. Daí se entende a atitude dos empresários em contratar empresas de seguranças, para afastar essa população mais carente e logicamente o resultado esta longe de alcançar esse objetivo. Certamente é importante trazer ao debate e mostrar que toda a sociedade deve estar envolvida na melhoria, no crescimento e no desenvolvimento do local.

Para Sposati (1996), as desigualdades sociais se concretizam nas condições de vida dos lugares, configurando o que ela denomina como “topografia do social”. Trata-se de uma perspectiva de leitura da realidade que considera as

diferenças, as desigualdades e as discrepâncias existentes entre as condições de vida das populações associadas aos territórios onde vivem.

Por isso, quando se fala em revitalização esta deve ser desenhada onde todos estejam incluídos. No caso do Centro da cidade do Rio de Janeiro, locais que compõem o Pólo, é importante propor ações, não só, de caráter filantrópico para amenizar a problemática social, mas sim, na participação em projetos que reforcem as parcerias publico - privado valorizando a inclusão social e a cidadania participativa nos espaços legítimos democráticos.

Ações que transformem a população de rua num trabalhador organizado na atividade de catador de lixo e cooperado ou numa política de inserção ao trabalhador local, a partir da capacitação oferecida pelas instituições locais voltadas para esse fim, parece ser um caminho.

O desafio é como fazer com que o projeto de revitalização das cidades atinja a todos e propicie mais oportunidade de desenvolvimento e de crescimento social.

O fato dos empresários, reconhecerem a importância do associativismo buscando apoio em entidades como: o SESC, o SENAC o SINDRio, entre outras, e nas políticas públicas, incluindo as políticas municipais, exercendo, assim, uma pressão sob os mais pobres, mostra que a democratização da gestão urbana não é só uma questão política. A organização para o enfrentamento das demandas sociais devem se basear na luta junto aos conselhos de desenvolvimentos e políticas urbanas, nas instâncias da participação popular no sentido de criar redes para interferir na construção de um projeto de cidade que inclua a totalidade dos atores sociais e menos favorecidos financeiramente

Segundo Rolnik (2002) é fundamental a participação popular organizada, produzindo uma interface com o poder público. Os planos de revitalização não podem caminhar com efetividade sem estarem pautados na capacidade de organização e possibilidades reais de implementação e controle dessa política.

Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Rio de Janeiro ou outros planos não são suficientes para legitimar práticas que favoreçam os moradores de rua e os catadores de lixo, enquanto o capital financeiro for o grande norteador e por isso, excludente.

Cabe aos governos locais a inovação democrática, que responda às questões de participação dos cidadãos, à cooperação social e à integração de políticas intersetoriais urbanas. A obrigatoriedade da implantação de conselhos municipais,

onde o poder compartilhado será dividido entre os representantes da sociedade civil, o governo local e a existência dos fundos municipais setoriais serão repassados de recursos financeiros do estado e da união.

O papel dos conselhos gestores inscritos na constituição de 1988 tem como objetivo principal a garantia da cidadania mesmo que a conjuntura e os conflitos de interesses presentes criem empecilhos para uma gestão democrática, onde o caráter deliberativo e o exercício do controle democrático sejam materializados a esse respeito. Gonh (2001, p 89 – 90)

Somente dessa forma poderá se alcançar o desenvolvimento local e isso exige a consolidação de parcerias para que haja um dialogo com as políticas públicas e para que essas atuem como mecanismo de controle social, sob as ações dos planos e projetos da cidade. Os fóruns e os conselhos devem ser visto pela sociedade como um processo permanente de dialogo e de cooperação, onde a orientação e a condução sejam a solução dos conflitos sempre estimulando, cooperando e dando visibilidade aos direitos sociais igualitários.

Sabe-se que os conselhos não substituem os movimentos sociais, os fóruns, sindicatos e conselhos profissionais, pois são estes que compõem a sociedade civil e que podem ter um caráter de pressão, atuando de caráter, atuando de forma a legitimar os conselhos junto a gestão pública. E até fiscalização as ações dos próprios conselhos para que assim possa efetivar uma cultura democrática. Com a participação do cidadão no cotidiano da comunidade é possível melhorara o espaço das cidades.

Por isso nossa expectativa é a de que esta pesquisa possa contribuir para os debates a respeito das ações sociais das micro e pequenas empresas dentro do contexto de revitalização do Centro do Rio de Janeiro, bem como, inspirar novas incursões nos estudos urbanos sob o olhar da iniciativa privada.

O grande desafio que se coloca para a profissão serviço social em particular, ao desvendar o caráter excludente do projeto de revitalização é contribuir para uma intervenção que inclua as categorias catadores de lixo e moradores de rua, até hoje ausentes das grandes discussão das políticas urbanas.

Nesse sentido, poderemos incluir o reconhecimento das frentes urbanas de trabalho, integradas com as empresas e especificando o catador de lixo organizado, ou seja, cooperado que cada vez mais encontra adeptos e é visto até como uma alternativa de subsistência e de inserção social. O lixo deixou de ser, há

muito tempo, um problema de sanitaristas e engenheiros e vem contribuindo para o aumento dos índices de reciclagem, com pouco custo para a administração pública, além de se adequar ambientalmente e promovendo, assim, a geração e trabalho e renda.

O projeto “Jogue Limpo Fora” traça estratégias de enfrentamento que na concepção é abrangente porque inclui todas esferas da ação social nas empresas e no poder público com aquilo que é de sua competência e o protagonismo da população alvo. É uma pena que na hora de se colocar o projeto em prática o que priorizado imediatamente é o interesse financeiro. Esse fato é facilmente constatado que uma vez que o projeto ainda continua sendo um projeto, ou seja, não saiu do papel. Por isso, nos deparamos com a complexidade do problema: o que fazer para organizar e coordenar o desenvolvimento das cidades, com suas mazelas e com suas qualidades? A resposta para essa questão esta na necessidade de criar uma serie de elementos que favoreça essa prática como, por exemplo, decretar leis, programar planejamentos estratégicos, criar planos diretores, criar operações nas empresas público-privada, assim como, projetos e ONGs afirmativas engajadas, mesmo que, não sejam suficientes para dar conta da realidade.

Considerar uma política pública de geração de empregos e oportunidades de capacitação para poder ter condições de realizar e responder a demanda do local, envolvendo aqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho por muito tempo e que tem dificuldade de obter uma nova oportunidade de emprego e para aqueles que disputam seus primeiros empregos sem nenhuma experiência anterior é fundamental.

Com base na pesquisa realizada nesse trabalho podemos dizer que as possibilidades imediatas de participação das empresas privadas cujas atividades principais nada têm a ver com as demandas sociais, mostram que as potencialidades dessa participação podem contribuir, de fato, ainda que, em pequena escala, mas com uma maneira significativa

As parcerias público-privada no desenvolvimento local com o papel de complementação das políticas publicas, para atuar nos conselhos comunitários voltados a política urbana, que vise encaminhamentos para solução dos problemas locais, devem constituir como um indicador de empresa bem sucedida e moderna para que haja uma avaliação do desempenho da empresa socialmente. Para isso,

premiações, certificações, reconhecimentos e transparência devem ser consolidados, divulgados e exigidos na tentativa de mudar a mentalidade mais propositiva às questões sociais, seguindo a linguagem dos empresários “atrair bons negócios a partir do bem cívico”.

Para concluir o projeto de revitalização do Centro do Rio de Janeiro nas ações sociais das micro e pequenas empresas do Pólo Novo Rio é importante que um número maior de empresas reconheça os benefícios e as perspectivas de bons negócios na medida em que efetivem uma política de inclusão social nas suas ações. Novas experiências nas parcerias publica-privada, em administrações locais, devem ser divulgadas com estudos e informações cada vez mais amplas consolidando a prática e responsável voltada para as causas e ao encaminhamento de soluções efetivas.

No entanto, parece evidente que a perspectiva do cooperativismo para os catadores de lixo e uma política de geração de emprego e renda, a partir das demandas das empresas em sintonia com as práticas de capacitação das instituições não governamentais poderia contribuir para o desenvolvimento local onde todos pudessem ser incluídos e usufruir do processo de revitalização.

Tais ações, sem o caráter de substituir o Estado, podem ser configurados enquanto iniciativas articuladas com a iniciativa privada, o terceiro setor e o poder público, na perspectiva formar parcerias resgatando o desenvolvimento humano para consolidação de uma ação coletiva em que cada segmento consiga ser ouvido e tenha voz para garantia de direitos sociais e de espaços. A banda de música “Racionais MC’s” expressa a aridez do mundo de hoje quando canta:

Eu vou procurar/ sei que vou encontrar/ a minha formula mágica da paz  
Racionais: formula mágica da paz, ou então, Mundo Mágico de Oz.  
Sair um dia das ruas é a meta final/viver decente  
Sem ter na mente o mal? [ ... ]  
É preciso morrer pra Deus ouvir minha voz?  
Ou transformar aqui no mundo mágico de oz.  
(Mágico de Oz, Racionais MC’s, 2001).